

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS**
SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019**PLANOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E AÇÃO DO ESTADO: ANÁLISE COMPARATIVA DA VINCULAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ESTADO COM A POLÍTICA TERRITORIAL NA GESTÃO DOS GOVERNOS JAQUES WAGNER E RUI COSTA NO ESTADO DA BAHIA****Cleisla Caroline Ribeiro Silva de Freitas¹; Onildo Araujo da Silva**²;

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Licenciada em Geografia e Graduanda em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: cleisladefreitas@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fssilvafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ordenamento territorial; ação do Estado; desenvolvimento rural.**INTRODUÇÃO**

O ordenamento territorial é um relevante instrumento para a ação do Estado. Na Bahia, a partir do governo do petista Jaques Wagner em 2007, o Estado foi instrumentalizado tanto do ponto de vista técnico como de concepção de gestão, para atuar a partir da ideia de Territórios de Identidade, resultando na elaboração de planos de ordenamento por várias secretarias de Estado.

Desse modo, esta pesquisa justifica-se por contribuir para a análise da vinculação das secretarias com a política territorial considerando as mudanças efetivadas na ação das secretarias de Estado após o início da gestão do governador Rui Costa, justamente porque, mesmo sendo do mesmo partido do governador anterior (Jaques Wagner) e manter uma linha de ação baseada nos mesmos princípios, o atual governo efetivou várias mudanças nessas secretarias e no aparato de gestão a elas associadas.

Nessa perspectiva pretendeu-se, a partir da presente pesquisa, identificar quais secretarias do Estado da Bahia, do atual governo, na gestão Rui Costa, possuem vinculação com a política territorial, procedendo a análise comparativa com as secretarias do governo Jaques Wagner. Além disso, também identificamos os projetos e programas de governo efetivados nas secretarias do governo do Estado da Bahia na gestão Rui Costa; identificamos o vínculo da execução dos projetos e programas de governo com a política territorial, considerando principalmente o recorte e a abrangência territorial e a obrigatoriedade ou não das ações serem efetivadas por Territórios de Identidade; realizamos comparações entre as secretarias do governo Jaques Wagner e do governo Rui Costa e, por fim, e não menos importante, indicamos quais projetos e programas faz referência ao desenvolvimento rural.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos supracitados buscou-se, do ponto de vista dos procedimentos, realizar:

1. Revisão bibliográfica e elaboração de referencial teórico sobre os temas política territorial, ação do Estado e desenvolvimento rural;
2. Identificação da estrutura de governo efetivada na gestão Rui Costa e caracterização das secretarias de Estado;
3. Identificação dos projetos e programas efetivados em cada secretaria e análise da vinculação dos mesmos com a política territorial;
4. Identificação de quais projetos e programas fazem referência ao desenvolvimento rural;
5. Realização de comparações entre as secretarias dos governos Rui Costa e Jaques Wagner.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

No Estado da Bahia, na gestão do ex-governador Jaques Wagner havia 26 (vinte e seis) secretarias de Estado, já na atual gestão do governador Rui Costa, há 23 (vinte e três) secretarias, cada uma com sua finalidade, com suas ações, projetos, programas e objetivos.

De acordo com os dados coletados verificou-se que há nuances em quantidades de programas, projetos e ações das 23 (vinte e três) secretarias de Estado da Bahia. Notou-se que há secretarias que possuem mais programas, projetos e ações que outras, além disso, algumas secretarias nem possuem programas, projetos e ações destinadas a elas. As secretarias que mais possuem programas, projetos e ações definidos, respectivamente, são a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Turismo (SETUR), a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), a Secretaria de Ciência, tecnologia e inovação (SECTI). Já as que menos possuem programas e projetos destinados são as voltadas ao planejamento, à execução, ao controle de atividades administrativas e a de comunicação social.

A partir dos dados coletados que indicam a base territorial de execução dos programas, projetos e ações por secretaria de Estado tanto do governo Jaques Wagner quanto do governo Rui Costa, ao se fazer uma comparação, logo se nota que mesmo o atual governador da Bahia (Rui Costa) sendo do mesmo partido do seu antecessor (Jaques Wagner) e manter uma linha de ação baseada nos mesmos princípios, efetivou várias mudanças nas secretarias de Estado e aparato de gestão a elas associadas, tanto que algumas secretarias de Estado foram extintas e outras secretarias emergiram no governo Rui Costa. Verificou-se também, por meio da tabulação de dados, que enquanto no governo Jaques Wagner a execução dos projetos e programas de governo, voltadas às políticas territoriais, eram efetivadas mais pela SEAGRI, na gestão Rui Costa há uma maior concentração na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e no SEMA.

Por meio da análise e comparação dos dados das secretarias do governo Jaques Wagner e do governo Rui Costa, constatou-se que houve uma mudança significativa na quantidade de programas e projetos que possuíam vínculo com a política territorial. No governo Jaques Wagner, principalmente na SEAGRI, haviam 10 (dez) projetos e programas vinculados e sendo efetivados por Territórios de Identidade, já no governo Rui Costa há apenas 1 (um) projeto que é o Projeto Entrepasto Frigorífico Modular, efetivado pelo Território de Identidade Sertão Produtivo. Isso ocorreu em função da migração de vários programas para a SDR. Já na SDR existem 5 (cinco) programas, projetos e ações vinculados a política territorial e que são executados obrigatoriamente nos Territórios de Identidade. Mais que isso, vale ressaltar que a SEAGRI na gestão Jaques Wagner possuía ações direcionadas à extensão rural e à agricultura familiar, enquanto que na gestão do governador Rui Costa as ações da SEAGRI direcionam-se ao agronegócio.

Na SEMA, outra secretaria do governo da Bahia na gestão de Rui Costa que possui mais projetos e programas vinculados à política territorial, do mesmo modo que a SDR, há 5 (cinco) projetos, programas e ações vinculados e efetivados por Territórios de Identidade, a

saber: a Ação de Mapeamento de Experiências Socioambientais dos Territórios de Identidade, a Ação de Ambientalização dos territórios, o Projeto Bocapiu, o Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FORMAR) e o Projeto CAR Bahia.

Quanto ao vínculo das secretarias do Estado da Bahia com o desenvolvimento rural, verificou-se que apenas 7 (sete) secretarias possuem programas, projetos e ações que têm algum vínculo: a SEAGRI, a SECTI, a SEDUR, a SEMA, a SETRE, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e a SDR.

A SDR é a que mais possui programas, projetos e ações vinculados com o desenvolvimento rural, a saber: Programa Garantia Safra, a Ação Semeando, a Ação Segurança Alimentar do Rebanho, o Projeto Superintendência de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER, a Ação do Crédito Fundiário, e a Ação Regularização Fundiária.

Diante dos resultados da pesquisa, constata-se que não há como desvincular a ação do Estado da política territorial, visto que quando o Estado age a partir de decisões compartilhadas com os sujeitos que compõem os colegiados territoriais, esse agir no território podemos denominar política territorial. Posto isto, conclui-se que a partir da política territorial adotada por determinado governo há uma revelação da concepção governamental, justamente por indicar os instrumentos de gestão utilizados por tal governo.

Constatou-se que a vinculação dos projetos e programas de governo com a política territorial não é uniforme ou mesmo planejada de forma integrada, visto que a política territorial influencia as ações de forma mais efetiva em algumas secretarias e praticamente não é considerada em outras. Além disso, pode-se afirmar que no Estado da Bahia existem poucos projetos de Estado e mais projetos de governo, pois quando o atual governador (Rui Costa) iniciou sua gestão, mesmo fazendo parte do mesmo partido político que seu antecessor (Jaques Wagner) e mantendo uma linha de ação baseada nos mesmos princípios, efetivou diversas alterações nos projetos e modificou a estrutura de governo.

Quanto ao desenvolvimento do espaço rural, os dados da pesquisa demonstraram que a secretaria que mais possui projetos e programas destinados a este fim é a SDR, o que era provável, tendo em vista que o desenvolvimento do espaço rural é uma das finalidades desta secretaria. Mais que isto, nota-se que apesar dos discursos do governo serem voltados ao desenvolvimento econômico aliado a inclusão dos menos favorecidos e isolados, constatou-se que poucas secretarias de Estado, apenas 7 (sete) de um total de 23 (vinte e três), fazem referência ao desenvolvimento rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, averigua-se que há muito que se avançar para que as políticas territoriais realmente sejam práticas governamentais direcionadas ao gerenciamento de concepções e conflitos por parte dos três grupos sociais, sendo eles o Estado, os agentes privados e a sociedade; que sirvam para empoderar os colegiados para que o clientelismo acabe, e para que governar realmente seja o gerenciamento de conflitos de forma democrática. Caso esse avanço não ocorra, o próximo problema de pesquisa se pautará na seguinte questão: Será que doze anos depois as políticas territoriais podem ser consideradas como ainda são?.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Sites oficiais do governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.ba.gov.br>. Acesso em agosto de 2018.